

GUSTAVO BINENBOJM

ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO

Artigos e Pareceres

RENOVAR
Rio de Janeiro
2015

abdr 
Respeito e direitos autorais!

Todos os direitos reservados à
 LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
 MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.307 - Centro - RJ
 CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
 FILIAL RJ: R. Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão-RJ
 CEP: 20940-010 - Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596
 FILIAL SP: R. Conselheiro Carrão, 247 - Bela Vista, São Paulo-SP
 CEP: 01328-000 - Tels.: (11) 2645-5442 / 2645-5452

www.editorarenovar.com.br © 2015 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)
 Antonio Celso Alves Pereira
 Caio Tácito (*in memoriam*)
 Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)
 Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)
 Gustavo Binenbojm
 Gustavo Tepedino
 Lauro Gama
 Luís Roberto Barroso
 Luiz Edson Fachin
 Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.
 Manoel Vargas
 Nadia de Araujo
 Nelson Eizirik
 Ricardo Lobo Torres
 Ricardo Pereira Lira
 Sergio Campinho

Capa: Sheila Neves

725

Editoração Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B183e	Binenbojm, Gustavo Estudos de direito público — artigos e pareceres / Gustavo Binenbojm — Rio de Janeiro: Renovar, 2015. 708p. ; 23cm. ISBN 978-85-7147-894-7 1. Administrativo-Constitucional. — Brasil. I. Título.
CDD 346.81052	

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
 Impresso no Brasil
 Printed in Brazil

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: ARTIGOS E PARECERES

Capítulo I

REGULAÇÃO ECONÔMICA E PROFISSIONAL: ASPECTOS INSTITUCIONAIS, REQUISITOS E LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL.

1. Entre política e expertise: a repartição de competências entre o governo e a Anatel na Lei Geral de Telecomunicações.....	3
2. Os regimes jurídicos da movimentação do gás natural por dutos sob a égide da Lei nº 11.909/2009.....	33
3. Regulação de propaganda e imposição de cláusulas de advertência por ato de agência reguladora.....	55
4. Parâmetros para a revisão judicial de diagnósticos e prognósticos regulatórios em matéria econômica.....	95
5. Regulação de preço mínimo: razões jurídicas de sua legitimidade em mercados específicos.....	127
6. Alteração do marco regulatório do setor ferroviário no Brasil: questões controvertidas.....	153
7. As restrições à propriedade cruzada na Lei do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC.....	173
8. Arbitragem em ambientes regulados e sua relação com as competências das agências reguladoras.....	193
9. Relações entre a Advocacia Geral da União e as agências reguladoras federais.....	215
10. A regulação profissional e a constitucionalidade do exame de ordem.....	235
11. Benefícios fiscais como regulações por incentivos: legitimidade de sua instituição sob o prisma constitucional.....	275

Capítulo II

REGULAÇÃO ESTATAL E RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS.

12. Humor, política e jurisdição constitucional.....	301
13. Autobiografias e heterobiografias: liberdade de expressão, pluralismo e direito à informação.	339
14. Autonomia privada e direito à recusa a tratamentos médicos invasivos: o caso das Testemunhas de Jeová.	353
15. Classificação indicativa, liberdade de escolha e vinculação horária: inconstitucionalidade do art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	363
16. Acesso a dados de prontuários médicos e reserva de jurisdição.	385
17. A reintrodução da exigência do diploma de jornalista por proposta de emenda à Constituição.	391

Capítulo III

LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E NOVAS PARCERIAS DO ESTADO COM PARTICULARES.

18. A proteção da confiança legítima em licitações no setor de petróleo.	407
19. As parcerias público-privadas e a vinculação de receitas dos fundos de participação como garantia das obrigações do Poder público.	445
20. As formas de atuação estatal no domínio econômico e os novos modelos de parcerias do Estado-empresendedor.....	467
21. Legitimidade da gestão de folhas de pagamento da Administração Pública por instituições financeiras em regime de exclusividade.	497

Capítulo IV

REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA E DA ADVOCACIA PÚBLICA.

22. Critérios constitucionais para a promoção de magistrados aos tribunais de segundo grau.	527
23. A percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos.	541
24. A Advocacia Pública e o Estado democrático de direito.	579
25. O regime jurídico da Advocacia Pública no Brasil: exclusividade, autonomia e hipóteses de responsabilização pessoal.	589

Capítulo V

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E SEU ESTATUTO CONSTITUCIONAL.

26. O direito administrativo sancionador e o estatuto constitucional do poder punitivo estatal.....	621
27. Separação de poderes, legitimidade democrática e <i>non bis in idem</i>	653

SEGUNDA PARTE:

ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS, REVISTAS E SITES ESPECIALIZADOS

1. A era do direito administrativo como religião já era.....	671
2. Asfixia regulatória.....	674
3. O dilema da ANAC.....	676
4. Direito ao esquecimento: a censura no retrovisor.....	679
5. Classificação contraindicada.....	682
6. Jornalismo inconstitucional.....	684
7. Falso dilema.....	687
8. Reforma do CADE: entre eficiência e garantismo.....	690
9. Vínculo entre reguladoras e AGU é fundamental.....	693
10. O diálogo institucional entre TCU e ANATEL.....	696
11. A Justiça na TV.....	698
12. O Supremo e a agenda do Congresso.....	700
13. O paradoxo da Lei anticorrupção.....	702
14. O advogado violável.....	704
15. Plebiscito e reforma política.....	707